

Conselho Estadual de Saúde – CES/ES
ATA – 53ª Reunião Extraordinária – Ano 2014
13 de janeiro de 2014

001 Aos treze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quatorze, às nove
002 horas e vinte minutos, no auditório da Secretaria Estadual de Saúde,
003 localizado na Rua Maria Judith Tovar Varejão, 22 – Enseada do Suá –
004 Vitória/ES, reuniram-se os conselheiros do Conselho Estadual de Saúde –
005 CES/ES para deliberar sobre a pauta da 53ª Reunião Extraordinária. O
006 Secretário Executivo, Sr. Milton César Valente da Costa, deu abertura da
007 reunião, cumprimentando todos os presentes e anunciou a convocação
008 desta, pelo Presidente do CES, Dr. José Tadeu Marino, para discutir uma
009 única pauta, a reabertura do Hospital dos Ferroviários. Passou em seguida a
010 ler a lista de presença. Conselheiros presentes, Dr. José Tadeu Marino, Dra.
011 Maria da Penha Rodrigues D’ávila, Conselheiro Gilson Sena Ventura,
012 Conselheiro Mauro Natalício de Souza, , presença do Conselheiro Dauri
013 Correia da Silva, presença da Conselheira Irene Polese, Conselheiro
014 Zaldimar Tadeu da Silva, Conselheiro Aguiberto Oliveira de Lima,
015 Conselheira Márcia Patrícia de Araújo, Conselheiro Aloir Rocha Loureiro,
016 Conselheira Maria Maruza Carlesso, Conselheiro Rodrigo da Rocha
017 Rodrigues, ausência justificada do Conselheiro Ricardo Ewald, Mercedes
018 Canal, Conselheiro Benedito Domingos dos Santos, Conselheira Andressa
019 Barcelos Oliveira. Em seguida passou a palavra ao Presidente do CES, Dr.
020 José Tadeu Marino, que cumprimentou todos os presentes, desejou um feliz
021 2014 a todos, que devido às consequências das fortes chuvas que caíram
022 em todo o Estado do Espírito Santo no final do ano de 2013, não foi
023 possível realizar os festejos de confraternização natalina, fez uma ligeira
024 interpretação desses problemas, tranquilizando a população, lembrando que
025 todas as providências necessárias foram tomadas pelo Governo Estadual e
026 pela Secretaria de Saúde, comentou sobre os deslizamentos de terra, que
027 causaram a morte de mais de vinte pessoas, mas disse também que, de um
028 modo geral, a rede física da saúde foi pouco afetada em relação ao ocorrido
029 com a agricultura e nas estradas. Foi feito um levantamento através do
030 grupo de engenharia da SESA, junto às prefeituras. Os danos foram
031 pequenos nas unidades de saúde, apenas as que ficaram inundadas e terão
032 que passar por limpeza, serão feitas algumas reformas e pinturas.
033 Ressaltou que os gastos na saúde devido aos danos estruturais causados
034 pelas chuvas, devam chegar a um valor de um milhão a um milhão e meio
035 de reais, muito pouco em relação às estruturas já existentes. Houve poucas
036 perdas de medicamentos nos municípios que foram inundados, infelizmente
037 houve óbitos, causados por desmoronamentos em construções irregulares,
038 nenhum hospital da rede pública foi atingido por enchentes, sendo isto uma
039 notícia positiva. Dando continuidade, o Presidente, apresentou a proposta
040 de reabertura do Hospital dos Ferroviários. Lembrou que na última Reunião
041 Ordinária, esteve presente o grupo que dirige aquele Hospital, liderados
042 pelo Sr. Jair. Foi exposto o que estava acontecendo com o hospital e que o
043 governo tem a intenção de fazer uma requisição administrativa, como prevê
044 a lei 8080 do SUS, no artigo 5º quando existem necessidades reais em
045 situações emergenciais. Ressaltou que sua maior preocupação como
046 Governo, são as doenças pós-enchentes, tem sido feitos alertas, mesmo

047 antes das grandes chuvas, mas a grande preocupação continua sendo a
048 dengue e agora a leptospirose. Até na semana anterior haviam sido
049 notificados cento e vinte casos de leptospirose e na primeira semana de
050 janeiro cento e setenta de dengue, houve 7 óbitos, que estão sob
051 investigação, sendo que dois foram constatados serem por dengue e cinco
052 continuam sendo investigados se realmente foram mesmo por leptospirose.
053 A preocupação da Vigilância em Saúde do Estado é o porquê, da pequena
054 parcela de casos notificados de leptospirose, esperava-se um número muito
055 maior de notificações, o que causa mais preocupação ainda, é se, os
056 médicos que trabalham nas unidades de saúde e nos prontos socorros,
057 estão dando o diagnóstico correto e notificando essas doenças, pois era
058 esperada uma quantidade bem maior de notificações. Permita Deus que
059 esteja correto e que não tivesse nada, mas diante a realidade das pessoas
060 que transitaram nas águas das enchentes, esperava-se uma quantidade
061 muito maior de casos. Se retardar o diagnóstico da leptospirose, poderá
062 haver uma complicação, sendo necessários leitos hospitalares e é do
063 conhecimento de todos que há uma deficiência desses na rede hospitalar do
064 Espírito Santo, assim como em outros estados brasileiros. Hoje a Secretaria
065 de Estado da Saúde compra em média cerca de 150 a 170 leitos
066 hospitalares por dia, é um hospital de médio porte pago diariamente na
067 iniciativa privada, entre leitos de UTI e leitos clínicos. Se de fato essa
068 previsão acontece, muitos casos de dengue, muitos casos de leptospirose,
069 não haverá lugar para acomodar todas essas pessoas, onde colocar esses
070 pacientes, esse estudo interno que a SESA vinha fazendo sobre o Hospital
071 dos Ferroviários, na possibilidade da requisição administrativa teve uma
072 conotação emergencial, dentro da Grande Vitória e no ES o único hospital
073 que tem cento e trinta leitos, que pode ser aberto em caráter de
074 emergência e de maneira rápida, seria o Hospital dos Ferroviários. Seria
075 aberto sem pronto socorro, seria um hospital de retaguarda, inicialmente
076 um hospital clínico e depois com o tempo, se essa expectativa das doenças
077 causadas pelas enchentes desaparecer, ficaria sendo um hospital
078 Clínico/Cirúrgico, para fazer internações clínicas e cirurgias eletivas. A
079 administração seria do Estado, gestão própria da Secretaria de Estado da
080 Saúde. Informou que houve entendimentos verbais com o Ministério
081 Público, juntamente com Dr. Adalberto Dazzi e Dra. Inês, acertaram que a
082 administração deverá ser de um ano e depois disso o Estado tem a intenção
083 de comprar o Hospital e ficar como um Hospital Estadual. Foi feito concurso
084 público, foi homologado, já foram chamados mais de seiscentos
085 concursados, estão sendo chamados médicos para os Hospitais, Dório Silva,
086 Bezerra de Farias, etc. Uma das conversas com o Ministério Público, é que
087 pudesse estar contratando profissionais para o Hospital dos Ferroviários,
088 em designação temporária e não estar utilizando os concursados, pois estes
089 não fizeram concurso especificamente para este hospital. O Presidente
090 submeteu ao pleno a discussão sobre o assunto. A conselheira Maruza
091 solicitou ao Presidente, Dr. Tadeu Marino, que explicasse o que é a
092 Requisição Administrativa. O conselheiro Mauro Natalício questionou se a
093 Secretaria de Saúde tinha uma data prevista para a abertura do Hospital
094 dos Ferroviários, O conselheiro Gilson Ventura, reafirma a importância da
095 reabertura do Hospital dos Ferroviários, questionou ao Presidente se
096 existirá um ambulatório e quais tipos de cirurgias serão feitas naquele

097 hospital e parabenizou a Secretaria de Estado da Saúde, pela iniciativa de
098 reabertura do Hospital. O conselheiro Aguiberto Lima, disse ficar mais
099 tranquilo com a intenção do governo na reabertura daquele hospital, disse
100 também ser uma angústia de todos verem-lo fechado, mas pensa que este
101 Conselho precisa ainda dialogar melhor as formas de gestão, mas que para
102 o momento a iniciativa é muito positiva, no sentido de retomar esse serviço
103 para a população. O Presidente do Conselho Estadual de Saúde, Dr. Tadeu
104 Marino, explicou que a Requisição Administrativa, é um artigo da Lei 8080,
105 que coloca a possibilidade do gestor assumir a gestão de um hospital, seja
106 ele de qualquer esfera de governo e até mesmo privado, basta ter de fato
107 as considerações que são necessárias e neste momento o Estado do Espírito
108 Santo vive um período emergencial, pós-enchente, já existe uma carência
109 de leitos hospitalares e como se trata de um Hospital Filantrópico, não tem
110 como assumi-lo se não for desta forma, não tem como criar um convênio. O
111 Governo do Estado faz uma portaria, baseada em princípios justificativos,
112 destes que está se discutindo, requisita o órgão e a empresa que
113 requisitada fará jus a um recebimento, controlado pela SERGER. A
114 requisição administrativa será com custeio próprio do estado. Respondendo
115 ao conselheiro Gilson, o responde que não terá ambulatório, será um
116 hospital de porta fechada, sem pronto socorro. A princípio seria aberto
117 cinquenta leitos, mas a Força Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde,
118 sugeriu a abertura total do hospital e este será parceiro "rachando" o
119 custeio dos cento e vinte ou cento e trinta leitos, a princípio será um
120 hospital de clínica e passando esta fase da emergência das doenças
121 epidemiológicas, o hospital será um Hospital Clínico Cirúrgico. Pretende-se
122 iniciar com leitos de saúde mental de álcool e drogas, pelo menos uns vinte
123 leitos, uns setenta leitos de clínica médica e o restante de clínica cirúrgica
124 eletiva, uma equipe de alto padrão de qualidade. Acredita-se que o hospital
125 volte a funcionar entre trinta e quarenta dias, pois se necessita fazer as
126 contratações de designação temporária, é preciso aos candidatos fazerem
127 exames, talvez no começo de março de 2014 o hospital estará funcionando,
128 será feito um levantamento do material e equipamentos existentes para
129 início do funcionamento. A conselheira Maria da Penha Rodrigues D'ávila,
130 cumprimentou o Presidente pela iniciativa da abertura do Hospital dos
131 Ferroviários e lembrou que ele é importante pelo número de leitos, mas que
132 o atendimento prestado não era de boa qualidade e não se pode fazer de
133 conta que não sabia, sabe-se das irregularidades que havia, sabe-se de
134 tudo. Desde a hora que o estado assume a gestão daquela instituição, ela
135 pode ser de grande importância pra sociedade. Disse ainda que o
136 atendimento ambulatorial não deve ser feito ali dentro, pois deturpa mais
137 ainda, e que o governo assumindo pode estar oferecendo algo que pensava
138 que tinha, mas que não existia e parabenizou a iniciativa da Secretaria de
139 Estado da Saúde. O conselheiro Gilson ressaltou a importância de constar
140 no contrato a existência do Conselho Gestor. O Presidente, Dr. Tadeu
141 Marino disse não haver contrato e sim uma Requisição Administrativa, a
142 Secretaria irá "tomar" o hospital pra botar ele em ordem durante um ano e
143 depois decidir se irá comprar o hospital. Disse ser essencial que o Conselho
144 Estadual de Saúde faça uma comissão para acompanhar a montagem do
145 Hospital, a quantidade de médicos de enfermeiros, técnicos serão
146 contratados, qual o custo disto, que esta comissão venha sentar com a

147 comissão da Secretaria para acompanhar de perto todos os procedimentos.
148 O conselheiro Dauri Correia da Silva cumprimentou a todos os presentes,
149 desculpou-se pelo seu desaparecimento durante dois meses no final do ano
150 passado, mas disse ter assumido uma escola e teve dificuldade do horário.
151 Sugeriu que a comissão acompanhe todo o processo e durante todo o
152 tempo em que o estado fizer a gestão administrativa naquele hospital. O
153 conselheiro Rodrigo da Rocha Rodrigues enfatizou o fato da importância do
154 concurso público e que após um ano de experiência com a nova gestão, não
155 fique aquele vício de só renovação de contrato de designação temporária.
156 Doutor Hércules, pediu a palavra e disse não ter chegado atrasado, mas
157 sim o convite que chegou atrasado. Lembrou da reunião com a Promotora
158 Dra. Maria Zulmira, que afirmou que os problemas passados serão
159 resolvidos amiúde pelo Ministério Público e que a Secretaria de Saúde não
160 tem que se envolver nisso nesse momento, o Secretário de Saúde irá olhar
161 daqui pra frente o que poderá ser feito e com certeza será bem feito.
162 Solicitou que a Comissão de saúde da Assembleia Legislativa faça parte da
163 Comissão de Acompanhamento junto ao Hospital dos Ferroviários, que o
164 coordenador da comissão é Henrielton Chaves. Ressaltou que futuramente
165 vai se pensar em concurso público para efetivar os funcionários, mas que
166 no momento é preciso se pensar no cidadão, no atendimento ao público. O
167 Presidente, Dr. Tadeu marino, fez uma complementação, a pedido do Dr.
168 Dazzi, sobre a situação do Hospital Universitário Cassiano Antônio de
169 Moraes, o Hospital das Clínicas, encontra-se também passando por uma
170 grande dificuldade, tem uma carência de recursos humano extremamente
171 grande, a estrutura física muito ruim, o prédio tem mais de setenta anos,
172 vem passando por algumas reformas e o estado tem sido um grande
173 parceiro, hoje existem cento e quarenta e um profissionais do estado cedido
174 ao Hospital Universitário, se tirar estes profissionais, o hospital fecha
175 definitivamente. O Presidente encerrou sua fala, e abriu espaço para que os
176 conselheiros criassem a Comissão de Acompanhamento do Hospital dos
177 Ferroviários. A comissão ficou assim formada, conselheiro Aguiberto,
178 conselheiro Rodrigo, conselheiro Pércles, conselheiro Dauri, conselheira
179 Dra. Maria da Penha D'ávila, conselheiro Zaldimar Tadeu e a Comissão de
180 Saúde da Assembleia Legislativa. O Deputado Estadual Dr. Hércules, pediu
181 a palavra e falou sobre o Hospital da Associação dos Servidores Públicos,
182 são quinze mil associados, que a ANS estava intervindo no hospital, já foi
183 conseguido um efeito suspensivo através da Deputada Rose de Freitas em
184 Brasília, os associados pagam de cem a duzentos reais por mês, a ANS está
185 querendo retirar esse plano de saúde dos servidores, e alguns desses não
186 ganham o valor que um Plano de Saúde particular poderá cobrar, é bom
187 que o Conselho Estadual de Saúde saiba disso. Disse estar se dirigindo ao
188 hospital para se encontrar com seu chefe de gabinete advogado, para
189 redigir as razões pelas quais o hospital não aceita a intervenção, é uma
190 situação muito difícil, já está suspenso e entregar para uma empresa
191 particular, a partir de trinta e um de dezembro de dois mil e treze estará
192 encerrado o plano de saúde direto do servidor público, muitos já
193 aposentados com mais de oitenta anos de idade e que numa empresa
194 particular pagariam de mil a dois mil reais de mensalidade, e tem servidor
195 que não ganha isso por mês. O Hospital estava com um déficit de cerca de
196 quatrocentos mil reais mês e hoje tem um superávit de cento e oitenta mil

197 reais, fechou agora em dezembro o caixa, com cerca de dois milhões de
198 reais. O Hospital quer bancar esse plano de saúde para o servidor, que é
199 totalmente diferente de outros planos de saúde que a ANS está intervindo
200 em alguns casos com muita razão. O conselheiro Aguiberto tomou a palavra
201 e informou ter enviado para a mesa diretora a minuta do regimento da
202 etapa estadual e as macrorregionais da conferência, e a minuta da
203 resolução que convoca a conferência. Sugeriu a aprovação da Comissão
204 Organizadora, composta por oito membros sendo quatro representantes
205 dos usuários, dois profissionais de saúde e dois gestores. Foi proposta a
206 agenda das macrorregionais. O Presidente do Conselho, Dr. Tadeu Marino
207 sugeriu que se criasse um boletim informativo, sendo enviado por e-mail,
208 com as notícias da CNSTT. Dando continuidade em sua fala, o Presidente
209 citou o fechamento do Hospital São Judas Tadeu, por intervenção do
210 Ministério Público federal, Vigilância Sanitária e agora as mulheres em
211 Guarapari estão com dificuldade em fazer os seus partos, ou vão para a
212 cidade de Anchieta ou vêm para o HIMABA, outras tiveram seus filhos
213 dentro da própria UPA de Guarapari, na época foram feitas visitas no
214 Hospital São Judas Tadeu, a comissão da saúde foi lá, o prédio é antigo,
215 precisaria passar por muitas adaptações, sem maternidade, central de
216 esterilização, sem centro cirúrgico, foi feito um contato com a Santa Casa
217 de Misericórdia para esta tomar conta do Hospital São Judas Tadeu, pra
211 transforma-lo numa maternidade, mas foi inviável pela própria estrutura
212 física e tudo mais, está se encaminhando numa conversa tripartite entre o
213 Governo do Estado, a Prefeitura de Guarapari e uma Instituição
214 Filantrópica, o HIFA Hospital Infantil Francisco de Assis, de Cachoeiro de
215 Itapemirim, utilizando a estrutura do PA Infantil de Guarapari, que está
216 subaproveitado, onde só é utilizado a parte de baixo e a parte de cima está
217 fechado, é uma estrutura muito grande, a prefeitura fará uma cessão da
218 área para esta instituição filantrópica e o estado vai contratualizar com o
219 HIFA para que as mulheres de Guarapari possam ter seus partos agora lá,
220 vai transformar aquele espaço num Hospital Materno Infantil. Era pra estar
221 funcionando em janeiro e tudo indica que começa a funcionar em fevereiro,
222 o estado vai ser parceiro em questão do custeio, vai contratualizar e quem
223 vai tomar conta vai ser o HIFAS de Cachoeiro de Itapemirim, as mulheres
224 vai ter um lugar para onde ir, vai ter enfermaria de internação. Quanto à
225 estrutura do São Judas Tadeu, a Secretaria e Saúde sugeriu que fosse
226 transformado em leitos de clínica médica, de dependência química, se ela
227 puder abrir e funcionar o estado e o próprio Ministério da Saúde poderia
228 habilitar leitos novos, mas não como maternidade que será em outro local.
229 Dr. Hércules explicou que vem acompanhando há tempos o Hospital São
230 Judas Tadeu, desde que saiu a notícia que haviam morrido nove crianças, e
231 dessas sete morreram antes, no útero das mães. Ressaltou que a atenção
232 primária não funciona no país inteiro que no estado do Espírito Santo não
233 poderia ser diferente, que o governo tem destinado recursos, até pra
234 custeio que não é de responsabilidade dos governos estaduais e federais,
235 mas tem ajudado na medida do possível. O Secretário executivo, Milton
236 César Valente da Costa, informou que na sede do CES no bairro de
237 Fradinhos, rolaram duas pedras muito grandes para dentro do posto de
238 gasolina, foi vistoriado pelas defesas civis municipais e estaduais, que o
239 laudo definitivo só ficará pronto em 15 dias, mas devido ao grande número

240 de pedras soltas no terreno atrás da sede, o risco é iminente. Foram feitas
241 algumas fotos, apresentadas ao Secretário de saúde e este achou por bem,
242 transferir o Conselho Estadual de Saúde para a nova sede da Secretaria de
243 Estado da Saúde. Até o final do mês de janeiro o Conselho de Saúde estará
244 funcionando provisoriamente na sala do transporte, no andar térreo até que
245 a sala destinada ao Conselho, no Mezanino, esteja pronta. O conselheiro
246 Gilson solicitou que fosse indicado o nome de um conselheiro para
247 acompanhar o contrato do novo Hospital São Lucas. Indicou o nome do
248 conselheiro Mauro Natalício, pois este foi quem acompanhou a
249 contratualização do Hospital Jaime Santos Neves. O conselheiro Aguiberto,
250 diz não ser a favor dessa indicação, pois o Conselho ainda não discutiu a
251 matéria relativa ao Hospital São Lucas, se aponta ou não a sublocação
252 daquele serviço. Não cabe indicar um membro para acompanhar uma
253 política que o Conselho não discutiu. As coisas precisam vir dentro da
254 métrica. Primeiro esse conselho tem que definir qual é a política que indica
255 para o gestor do SUS no Espírito Santo, para o Hospital São Lucas, é de
256 contratação da OS, se o conselho definir que é de contratação da OS então,
257 o Conselho vai indicar da sua representação para acompanhar esse edital e
258 essa licitação, a discussão que antecede primeiro, para ele, é essa. O
259 Hospital Jaime Santos Neves também não foi feito esse debate, foi ouvido
260 uma apresentação do governo, mas não foi pautado, acha inclusive que
261 primeiro isso tem que ir para a CIOF, a partir de um parecer desta
262 comissão para este pleno, faz-se a condução de acolher da forma
263 apresentada pelo governo ou não, se acolher faz-se a apresentação de
264 nomes, esse é seu entendimento. O conselheiro Gilson, disse que sua
265 preocupação são as coisas acontecerem e o Conselho ficar de fora, que pelo
266 o que se tem visto pelo Governo essa questão já está praticamente
267 acertada, vai funcionar daqui um tempo o Hospital São Lucas, vai formar
268 uma comissão que vai analisar esse processo e o Conselho de Saúde não
269 terá um representante acompanhando. Essa discussão se vai ser OS ou se
270 não vai ser, esse debate não chegou por aqui ainda, o importante é o
271 Conselho de Saúde não ficar de fora do processo. Ressaltou que o deveria
272 ser indicado um representante do Conselho de Saúde e depois o debate
273 continuaria acontecendo. A Conselheira Márcia Patrícia de Araújo concorda
274 com o Conselheiro Gilson, acha também que deve ter um representante
275 para acompanhar a reabertura do novo Hospital São Lucas, sugere que se
276 faça uma reunião extraordinária para o mês de janeiro, para esgotar todo
277 assunto que não foi possível ser resolvido em dezembro passado,
278 principalmente por se tratar da alteração do regimento, houve consenso
279 para o dia vinte e três, na próxima quinta-feira. O Secretário Executivo,
280 Milton Cesar Valente da Costa, passou a palavra ao Conselheiro Aguiberto
281 que retomou ao assunto das OS dizendo que concorda com a fala do
282 Presidente, acha que tem que vir todas as posições para a mesa e ele
283 enquanto representante da CUT, que faz esse debate internamente no
284 coletivo de saúde do trabalhador da CUT, tendo a prerrogativa legal, a
285 legislação existe, não foi revogada, não está na inconstitucionalidade, é
286 direito do governo propor, mas este tem a responsabilidade de trazer isso
287 para esse plenário, não pode propor unilateralmente como fez no Hospital
288 Jaime Santos Neves, pode ser que o governo proponha e o plenário acolha
289 não necessariamente do jeito que veio, pois é prerrogativa deste órgão de

290 controle social fazer as alterações na matéria que vem ou não, mas o fato é
291 que não foi trazido ainda para a pauta, se tem uma minuta de edital para a
292 contratação de OS do Hospital São Lucas, é preciso que ela venha para a
293 CIOF será instalado um debate, aprovar um parecer e este deverá ir para a
294 discussão no pleno para virar uma resolução, o que não pode é o governo
295 dizer que é opinião sua pronto e acabou e, não passar isso por dentro do
296 Conselho. É aspecto ideológico e aí não se debate. Tem que ser debatido o
297 aspecto ideológico, aspecto de gestão, o aspecto de governança que o
298 governo faz de saúde pública. O governo tem um trato mediado com os
299 organismos da sociedade e até por essa responsabilidade, não pode
300 simplesmente ser retirado da condição do Conselho de fazer esse debate. O
301 governo tem a obrigação de pautar isso nesse pleno, pautar dentro das
302 comissões e tramitar o processo aqui dentro. Isso é matéria de
303 entendimento do Ministério Público em relação ao Hospital Jaime Santos
304 Neves. Nesse momento o Presidente entrevistou e disse que somente a
305 Promotora, Dra. Maria Clara, foi a única que não aceitou como foi feito
306 naquele Hospital. O conselheiro Aguiberto disse que a Dra. Maria Clara
307 arguiu a questão da privatização, da forma como foi feita, ressaltou não ser
308 contra a OS, apenas que essa matéria seja debatida no Conselho. Se tiver
309 que ser OS, será uma política definida a partir deste organismo de controle
310 social e cogestor do governo. O governo tem essa obrigação e deve trazer.
311 Reafirma que não é contra, mas é contra que faça uma política fora do
312 conselho e coloca o conselheiro pra fazer a ratificação como se viesse do
313 Conselho. O Presidente do CES, Dr. Tadeu Marino, tomou a palavra e
314 afirmou existir uma definição do governo desse modelo de gestão, o
315 governo não vai submeter ao conselho se vai ser OS ou não, se o Conselho
316 disser que não quer OS, o governo vai fazer OS. É uma definição política do
317 governo, afirmou estar dizendo isso com muita transparência, é uma
311 definição política da autoridade do Governador, ele traz para o Conselho
312 como ele quer, está propondo àquele órgão, quanto vai gastar, quem vai
313 trabalhar, como vai trabalhar, como vai funcionar, é isso que a Jaqueline
314 Mofatti trouxe para o Conselho. O governo não quer perder tempo para
315 definir uma decisão política do governo e do Governador, já que não é
316 ilegal, que ele está respaldado por milhões de votos, que é uma decisão do
317 executivo, não cabe nem ao Ministério Público decidir, ele está entrando na
318 seara do Poder Executivo, o MP não pode fazer isso, cabe a ele fazer a
319 fiscalização, diz ainda, que isto é fala de alguns promotores inclusive. A
320 Promotora da Serra tem suas qualidades, mas nunca foi visitar o Hospital
321 Jaime Santos Neves, por mais que tenha sido convidada. Ela não foi na
322 posse do Conselho Gestor. Ela fica numa luta pessoal e ideológica, que é
323 contra a OS, mas porque que não pede os dados daquele Hospital, porque
324 nunca oficiou o Secretário de Saúde perguntando quantas pessoas são
325 internadas, quantas pessoas são operadas, qual é o gasto do Hospital Jaime
326 Santos Neves, qual o comparativo deste com os outros Hospitais da rede
327 com gestão própria, esse sim é o papel do MP. Tem-se que trabalhar com o
328 resultado, com a satisfação do usuário, com o controle econômico do
329 recurso do estado, se ele está sendo bem empregado ou não, se está sendo
330 cuidado ou não. É muito melhor vir para o Conselho definido que vai ter
331 uma Organização Social, que terá um processo democrático de escolha do
332 projeto, o conselheiro Mauro participou, até agora são sete OS que se

333 inscreveram, OS daqui e fora do estado, é um processo transparente de
334 escolha, será colocado o Controle Social para observar, depois se faz um
335 Conselho Gestor, se acompanha a administração, é essa a questão. Pode-se
336 discutir o que é uma OS, como funciona. Se é o modelo que estado vai
337 querer ou não, disse não conseguir convencer o Governador do contrário.
338 Por isso não vai se submeter se pode ou não pode ter esse tipo de
339 contratação. A conselheira Maria da Penha D'ávila, reforçou a fala do
340 conselheiro Gilson, que deve ter um representante e disse que cabe ao
341 Conselho observar se o que está sendo proposto pelo governo está
342 funcionando ou não, se está satisfazendo a necessidade da população ou
343 não, a forma não está na governança do Conselho, não se pode dizer que
344 querem isso ou aquilo, o conselheiro está confundido seu papel, é só ver se
345 funciona, disse ser partidária da escolha de um representante, que o nome
346 do conselheiro Mauro é importante, que a conselheira Mercedes Canal que
347 está doente, ao retornar deve participar junto ao conselheiro Mauro, para
348 vigiar e tomar conta, para depois não dizer que não sabia. O conselheiro
349 Dauri disse que como usuário, elaborando algumas questões junto com
350 outros seguimentos não tem nenhum problema em fazer um enfrentamento
351 com o planejamento estratégico de governo, que este é decisão de gestão
352 administrativa, tem que ser feita. Não quer dizer que está consumado
353 qualquer decisão, que a sociedade civil que trabalha no controle social
354 tenha como desejo, muito mais como desejo, enquanto saúde, temos na
355 verdade uma quitação de passivo, construído de forma equivocada,
356 fraudulenta de ponto de vista do erário, não há uma decisão do plenário a
357 cerca da modalidade de gestão do sistema, o que não tem é um
358 posicionamento ainda assegurado por esse pleno ele é deliberativo sobre as
359 políticas públicas e obrigatoriamente ele não deve coadunar com o
360 planejamento estratégico do governo. Diz que o posicionamento do
361 conselheiro Gilson deve ser considerado, mas não concorda em ter algum
362 conselheiro lá para ratificar e reforça que o conselho não pode ser
363 preterido. Esse plenário tem a tarefa de tomar esse posicionamento, é esse
364 plenário que vota prestação de contas, é esse plenário que vota o plano e
365 se essas copisas não cabem juntas na mesma área, não irá se morrer
366 afogado, pois se tem responsabilidade perante o usuário do sistema único
367 de saúde e é para ele que tem que ser prestado conta. O Secretário
368 Executivo, Cesar Valente, ressaltou a dificuldade em relação as relatorias,
369 que faltam sete dias úteis para a próxima reunião e tem que ser
370 convocadas quatro relatorias da SESA, das gerências, são elas a PPI,
371 CEDIMES, planejamento e CIB. A conselheira Maruza se pronunciou
372 dizendo que se todas as relatorias estavam aptas a apresentarem seus
373 relatórios no dia dezenove, estarão aptas a apresentarem no dia vinte e
374 três. O Presidente, Dr. Tadeu Marino, sugeriu que se entre em contato com
375 as pessoas que são relatoras, se alguma delas estiver viajando, retira de
376 pauta o assunto pertinente a esta e se faz a reunião normalmente. O
377 Secretário Executivo reforçou a fala do Presidente, dizendo contatar os
378 relatores, e confirmar com aos conselheiros quais as relatorias irão
379 comparecer. O Presidente do Conselho e Secretário Estadual de Saúde, Dr.
380 Tadeu Marino, comunicou que no dia cinco de fevereiro será inaugurada a
381 Farmácia Cidadã de Vitória, é uma parceria entra a Secretaria de Estado da
382 Saúde, o Governo do Estado e a Prefeitura de Vitória, irá se localizar na Av.

383 Princesa Isabel, o estado entra com o RH e os medicamentos, e a prefeitura
384 com os imóveis, os mobiliários, grande parte da clientela de Vitória que vai
385 ao CRE-Metropolitano passará a ir ali à nova farmácia. O Secretário
386 Executivo se despede e dar por encerrada a reunião.

387

388

389

390 Vitória-ES, 13 de janeiro de 2013.

391

392

393

394

395 **José Tadeu Marino**
396 Conselheiro Estadual de Saúde

397 Conselho Estadual de Saúde –

398 CES/ES

Milton Cesar Valente da Costa

Secretario Executivo

Conselho Estadual de Saúde –

CES/ES

